

Boucinhas, Campos & Conti  
Auditores Independentes

*ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.*

**RELATÓRIO SOBRE O EXAME DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
REALTIVAS AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da  
Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A.  
Vassouras - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## **Opinião**

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros Assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

7. Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

8. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 06 de fevereiro de 2013, que não conteve nenhuma modificação.

Vassouras - RJ, 29 de janeiro de 2014

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI  
Auditores Independentes S/S  
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

  
Antonio Carlos de Oliveira Pires  
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

**ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.**

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2013  
Balço Patrimonial  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

IFRS

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>24.007</b>	30.569
Contas a receber	6	<b>5.058</b>	4.119
Almoxarifado		<b>923</b>	263
Despesas antecipadas	7	<b>1.162</b>	1.009
Outros créditos	8	<b>11.671</b>	658
Total do ativo circulante		<b>42.821</b>	36.618
Não circulante			
Depósitos Judiciais	9	<b>885</b>	884
Adiantamento a fornecedores		-	570
Impostos Diferidos		<b>2.089</b>	497
Intangível	10	<b>322.743</b>	246.096
Diferido	11	<b>1.337</b>	3.096
Total do ativo não circulante		<b>327.054</b>	251.143
Total do ativo		<b>369.875</b>	287.761

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.**

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2013  
Balço Patrimonial  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

IFRS

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	12	<b>1.706</b>	828
Empréstimos e financiamentos	13	<b>10.469</b>	9.386
Obrigações tributárias	14	<b>1.274</b>	1.132
Obrigações sociais	15	<b>1.827</b>	540
Dividendos a pagar		<b>249</b>	2.112
Dividas com pessoas ligadas	16	<b>8.471</b>	11.841
Outras exigibilidades		<b>26</b>	223
Total do passivo circulante		<b>24.022</b>	26.062
Não circulante			
Provisão para contingência	9	<b>957</b>	615
Provisão para manutenção dos ativos		<b>5.188</b>	845
Empréstimos e financiamentos	13	<b>210.980</b>	152.424
Total do exigível a longo prazo		<b>217.125</b>	153.884
Patrimônio líquido	17		
Capital social	17	<b>114.100</b>	96.100
Reserva de lucros	17	<b>14.628</b>	11.715
Total do patrimônio líquido		<b>128.728</b>	107.815
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>369.875</b>	287.761
	<u>Nota</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2013 IFRS  
 Demonstração de Resultado do Exercício  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	18	<b>73.049</b>	64.908
Receita de construção – Ativos concessão	10	<b>81.719</b>	86.170
		<b>154.768</b>	151.078
Custo operacional	19		
Conservação de rodovias		<b>(12.898)</b>	(8.453)
Custo de construção – Ativos concessão	10	<b>(81.719)</b>	(86.170)
Operação de rodovias		<b>(20.876)</b>	(18.626)
Monitoramento		<b>(492)</b>	(281)
Amortização		<b>(9.105)</b>	(10.369)
		<b>(125.090)</b>	(123.899)
Lucro bruto		<b>29.678</b>	27.179
Despesas operacionais	19		
Despesas com pessoal	20	<b>(4.560)</b>	(3.394)
Despesas administrativas		<b>(7.268)</b>	(4.733)
Amortização		<b>(2.605)</b>	(2.069)
Outras receitas operacionais		<b>278</b>	5.632
		<b>(14.155)</b>	(4.564)
Resultado antes do resultado financeiro		<b>15.523</b>	22.615
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		<b>1.075</b>	1.257
Despesas financeiras		<b>(16.532)</b>	(10.461)
		<b>(15.457)</b>	(9.204)
Lucro antes dos impostos		<b>66</b>	13.411
Imposto de renda e contribuição social	22	<b>(609)</b>	(4.767)
Imposto diferido	22	<b>1.593</b>	250
		<b>984</b>	(4.517)
Lucro líquido do exercício		<b>1.050</b>	8.894
Lucro líquido básico por ação - em reais	23	<b>0,0102</b>	0,1023
Quantidade de ações		<b>114.100</b>	96.100

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras  
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2013

IFRS

	Capital social	Reservas de lucro			Lucros acumulados	
		Legal	Lucros retidos	Total	Total	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	73.500	247	3.515	3.762	-	77.262
Aumento de Capital	22.600	-	-	-	-	22.600
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.894	8.894
Destinação proposta do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	-	445	-	445	(445)	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	(2.112)	(2.112)
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	-	1.171	1.171	-	1.171
Reserva de retenção de lucros	-	-	6.337	6.337	(6.337)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	96.100	692	11.023	11.715	-	107.815
Aumento de Capital	<b>18.000</b>	-	-	-	-	<b>18.000</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	<b>1.050</b>	<b>1.050</b>
Destinação proposta do resultado do exercício:						-
Constituição de reserva legal	-	<b>52</b>	-	<b>52</b>	<b>(52)</b>	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	<b>(249)</b>	<b>(249)</b>
Reserva especial dividendos não distribuídos	-	-	<b>2.112</b>	<b>2.112</b>	-	<b>2.112</b>
Reserva de retenção de lucros	-	-	<b>749</b>	<b>749</b>	<b>(749)</b>	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<b>114.100</b>	<b>744</b>	<b>13.884</b>	<b>14.628</b>	-	<b>128.728</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.**

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2013 IFRS  
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		
Resultado do exercício antes dos tributos	<b>66</b>	13.411
Amortização	<b>11.710</b>	12.438
Provisão para manutenção do ativo	<b>4.342</b>	845
(Reversão) provisão para contingência	<b>341</b>	(111)
Resultado na venda de imobilizado	<b>(277)</b>	(429)
Contas a receber de clientes	<b>(939)</b>	(706)
Outros ativos de curto prazo	<b>(11.826)</b>	(857)
Fornecedores	<b>878</b>	(583)
Obrigações tributárias	<b>170</b>	557
Imposto de renda e contribuição social pagos	<b>(638)</b>	(4.747)
Contas a pagar c/ partes relacionadas	<b>(5.232)</b>	(43.924)
Outros passivos de curto prazo	<b>1.090</b>	(40)
	<b>(315)</b>	(24.146)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		
Adições ao ativo intangível	<b>(86.145)</b>	(70.376)
Outras atividades de investimento	<b>393</b>	269
	<b>(85.752)</b>	(70.107)
Caixa gerado pelas atividades de financiamentos		
Aumento de Capital	<b>18.000</b>	22.600
Captação de empréstimos	<b>78.374</b>	102.325
Pagamento de empréstimos	<b>(18.732)</b>	(9.392)
Retenção (Destinação) Dividendos/JCP	<b>1.863</b>	(941)
	<b>79.505</b>	114.592
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	<b>(6.562)</b>	20.339
Saldo anterior de caixa e equivalente de caixa	<b>30.569</b>	10.230
Saldo atual de caixa e equivalente de caixa	<b>24.007</b>	30.569
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalente de caixa	<b>(6.562)</b>	20.339

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.**

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
Demonstração do Valor Adicionado  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Receitas		
Venda de serviços	79.966	71.055
Outras receitas	393	6.021
Receitas de construção	81.719	86.170
	<u>162.078</u>	<u>163.246</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(34.266)	(27.360)
Custo de construção	(81.719)	(86.170)
Materiais, energia, serviços e outros	(7.383)	(5.121)
	<u>(123.368)</u>	<u>(118.651)</u>
Valor adicionado bruto	<u>38.710</u>	<u>44.595</u>
Retenções		
Amortização	(11.710)	(12.438)
Valor adicionado líquido	<u>27.000</u>	<u>32.157</u>
Valor recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.075	1.257
Valor adicionado total a distribuir	<u>28.075</u>	<u>33.414</u>
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	2.999	2.122
Benefícios	276	225
F.G.T.S.	170	217
Outros	1.115	831
	<u>4.560</u>	<u>3.395</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	1.935	7.111
Municipais	3.998	3.553
	<u>5.933</u>	<u>10.664</u>
Juros e aluguéis		
Juros	16.532	10.461
Remuneração do capital próprio		
Lucro do exercício	1.050	8.894
Total Distribuído	<u>28.075</u>	<u>33.414</u>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2013

IFRS

---

### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL:**

A Companhia, inicialmente denominada RODOVIA DO AÇO S/A, foi constituída sob a forma de sociedade anônima, criada em março de 2008, e tem como atividade principal a exploração da infraestrutura rodoviária federal, sob o regime de concessão, do lote 3 da fase 2 do Ministério dos Transportes do programa de concessões de rodovias. A Companhia obteve a concessão, pelo prazo de 25 anos, mediante licitação pública. O objeto da concessão é a recuperação, melhoramento, manutenção, operação e duplicação de alguns trechos da BR 393, com extensão de 200,4 km, mediante a cobrança de tarifas de pedágio. Outras atividades podem ser exercidas, a exemplo a exploração da faixa de domínio; como o aluguel de espaço para publicidade, passagem de cabos de fibra óptica e distribuição de panfletos, que serão consideradas sob o título de Receitas Acessórias e o resultado dessas é levado à modicidade tarifária. As atividades são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

### **NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e são apresentadas com a observância das disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, dos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidades com as normas específicas emanadas pela Comissão de Valores Imobiliários – CVM. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas, exceto pela mudança descrita no próximo parágrafo, foram aplicadas de modo consistente com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

No período findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia revisou a forma de reconhecimento da amortização do ativo intangível. O levantamento foi realizado internamente, considerando a expectativa da curva de tráfico (curva de demanda), a Companhia optou para este período realizar mudança de estimativa contábil adotando o critério de amortização do ativo intangível pela curva de tráfico, não mais de forma linear.

Para efeito de comparabilidade, a Companhia efetuou estudo para verificar os possíveis ajustes no ativo intangível, despesa de amortização e nos impostos diferidos em decorrência da nova estimativa contábil. A administração da Companhia optou por não realizar tais ajustes, pelo fato de ter concluído que não ocorram efeitos relevantes nas tais contas.

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas pela Administração em 16 de janeiro de 2014

### NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:

#### 3.1 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

##### *Receita de pedágio*

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

##### *Receita de construção*

Pelos termos do contrato de concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICPC01 – Contratos de Concessão (equivalente à interpretação IFRIC 12, emitida pelo IASB), as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

##### *Receitas acessórias*

Correspondem às receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros e são reconhecidos na conta de receitas acessórias na Demonstração de Resultado da Companhia.

##### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de

---

juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

### **3.2 Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### **3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### *(i) Ativos Financeiros*

#### **Reconhecimento inicial e mensuração**

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis. Não há, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, instrumentos financeiros derivativos. Os ativos financeiros da Companhia estão classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### **Mensuração subsequente**

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### ***Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado***

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

### ***Empréstimos e recebíveis***

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

### ***Desreconhecimento (baixa)***

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

### ***Redução do valor recuperável de ativos financeiros***

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido).

E este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

*(ii) Passivos financeiros*

**Reconhecimento inicial e mensuração**

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

**Mensuração subsequente**

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

**Desreconhecimento (Baixa)**

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

**3.4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**3.5 Intangível**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, nas datas do balanço, ativos intangíveis internamente ou adquirido em uma combinação de negócios. Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues (vendidas) ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários. O critério definido para amortização é com base na estimativa do fluxo de veículos, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo fluxo de veículos.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### **3.6 Tributação**

#### ***Imposto de renda e contribuição social correntes***

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2013

IFRS

resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

### **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **Impostos sobre vendas**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%
PIS – Programa de Integração Social	0,65%
ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	4,87%

*Esses encargos são apresentados como deduções da receita bruta.*

### **3.7 Estimativas contábeis**

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a determinação de vida útil econômica do ativo intangível; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; provisão para manutenção dos ativos de concessão; análise de sensibilidade de instrumentos financeiros e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua



determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

### **3.8 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

### **3.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

### **3.10 Provisões**

#### *Geral*

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

*Provisão para manutenção dos ativos de concessão*

Pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, a partir da data de transição para a adoção do ICPC 01, é registrada provisão, com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção e recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade prevista no contrato de concessão. O passivo é, progressivamente, registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras de recomposição da infraestrutura em data futura, observados os dispositivos do CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

*Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **3.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita.

### **3.12 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A

---

Companhia capitaliza, quando aplicável, os custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

### **3.13 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas**

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2013 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

(i) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e que não tiveram impactos relevantes sobre as informações contábeis intermediárias da Companhia:

- **IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração** - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos.
- **IAS 28 (CPC 18) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto - Nova redação** - estabelece a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e define os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).
- **IAS 19 (CPC 33) Benefícios a Empregados - Nova redação** - deve ser aplicada pela entidade empregadora/patrocinadora na contabilização de todos os benefícios concedidos a empregados, exceto aqueles para os quais se aplica a NBC TG 10 - Pagamento Baseado em Ações.
- **IFRS 10 (CPC 36) Demonstrações Consolidadas – Nova redação** - traz novos princípios para a apresentação e a elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. Além disso, estabelece que a entidade (controladora) que controle uma ou mais entidades (controladas) apresente demonstrações consolidadas; define o princípio e estabelece o controle como a base para a consolidação; define como aplicar o princípio de controle para identificar se um investidor controla a investida e, portanto, deve

consolidá-la e os requisitos contábeis para a elaboração de demonstrações consolidadas.

- **IFRS 12 (CPC 45) Divulgação de Participações em outras Entidades** - exige que a entidade divulgue informações que permitam aos usuários de suas demonstrações contábeis avaliar:
  - A natureza de suas participações em outras entidades e os riscos associados a tais participações;
  - Os efeitos dessas participações sobre a sua posição financeira, seu desempenho financeiro e seus fluxos de caixa
  - Os julgamentos usados e as premissas significativas consideradas para determinar a natureza de sua participação em outra entidade ou acordo e para estabelecer o tipo de negócio em conjunto no qual tem participação;
  - As informações sobre suas participações em controladas; negócios em conjunto e coligadas e entidades estruturadas que não são controladas pela entidade (entidades estruturadas não consolidadas)
- **IFRS 13 (CPC 46) Mensuração do Valor Justo** - define o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.
- **IFRIC 20 (ICPC 18) Custos de Remoção de Estéril (Stripping) de Mina de Superfície na Fase de Produção** - Esta Interpretação deve ser aplicada aos custos de remoção de estéril, incorridos na mina de superfície durante a fase de produção da mina (custos de remoção de estéril e outros resíduos minerários na fase produtiva). Ainda no documento emitido pelo IASB, Basis for Conclusions da IFRIC 20, em seu item BC4, é ressaltado que a Interpretação se aplica à atividade de mineração de superfície (e não de subsolo - underground), contemplando a extração de todo e qualquer recurso natural, inclusive carvão. Contudo estão de fora as atividades de extração de óleo e gás natural
- **ICPC 09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial – Nova redação** - Esta Interpretação visa esclarecer e orientar questões inerentes aos pronunciamentos contábeis emitidos, bem como define procedimentos contábeis específicos para as demonstrações individuais das controladoras (controle integral ou conjunto)

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2013

IFRS

desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- **Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44)** – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.
- **Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06)** – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pro forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

(ii) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em fase de discussão:

- **IFRS 06 (CPC 34) Exploração de Avaliação de Recursos Minerais** - Refere-se ao tratamento das informações contábeis relacionadas com a exploração (no sentido da prospecção) e avaliação de recursos minerais, realizadas a partir da aquisição do direito legal de exploração até a constatação da viabilidade técnica e comercial do empreendimento, em cada área específica de exploração. O Pronunciamento enfatiza a necessidade de definição das políticas contábeis adotadas pela entidade para tratamento dos gastos envolvidos, notadamente, os ativos, os quais devem ser avaliados ao custo de aquisição e submetidos regularmente à avaliação da capacidade de recuperação do valor envolvido. Este Pronunciamento exige divulgação das políticas contábeis adotadas, dos valores relacionados com a exploração e avaliação, inclusive os relacionados com a perda por irrecoverabilidade de ativos, e ainda, do passivo, receitas e despesas e fluxos de caixa futuros. Determina, ainda, a incorporação aos ativos intangíveis do valor de baixa dos ativos tangíveis utilizados para o desenvolvimento daqueles, de acordo com o período de competência.
- **IAS 29 (CPC 42) Contabilidade e Evidenciação em Economia Altamente Inflacionária** - Esta é mencionada nas normas que se referem à situação de alta inflação, com a técnica da correção integral, para as situações de investidas em países com alta inflação. O Pronunciamento está em fase de revisão no IASB.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

---

**NOTA 4 – JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS  
SIGNIFICATIVAS:**

**Julgamentos**

A preparação das informações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

*Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Impostos**

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 não existiam incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A existência de incerteza poderia requerer a constituição de provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais.

### ***Valor Justo de Instrumentos Financeiros***

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### ***Provisões para Riscos Cíveis e Trabalhistas***

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### ***Ativo Fiscal Diferido***

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL acumulados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

### ***Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração***

A Administração da Companhia e de suas controladas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as práticas determinadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de exploração da infraestrutura rodoviária federal, que podem

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos.

Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de exploração da infraestrutura rodoviária, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa de indenização contratualmente.

### NOTA 5 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Bancos conta movimento	2.766	2.614
Aplicações financeiras	21.241	27.955
	<u>24.007</u>	<u>30.569</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, e remuneradas a taxas que variam entre 95 a 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com liquidez diária. O seu valor contábil corresponde ao valor de mercado, em função do prazo.

Em maio de 2012, foi aberta conta reserva e conta centralizadora com o Banco Bradesco S.A, conforme exigência do financiamento de longo prazo direto com BNDES, e a referida reserva será composto de 03 (três) prestações, a Companhia efetuou o devido preenchimento com os recursos próprios.

### NOTA 6 – CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores a receber de administradoras de cartões pós e pré-pagos são assim representados:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
DBTRANS	496	344
VISA	119	109
Auto Expresso	29	22
CGMP – Pedágio Eletrônico	4.414	3.644
	<u>5.058</u>	<u>4.119</u>



## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2013 IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

### NOTA 7 – DESPESAS ANTECIPADAS:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Despesas antecipadas - amortização de até 1 ano		
Despesas com seguros a apropriar	<b>1.065</b>	999
Outras despesas a apropriar	<b>97</b>	10
	<b><u>1.162</u></b>	<b><u>1.009</u></b>

### NOTA 8 – OUTROS CRÉDITOS:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Tributos retidos a recuperar	<b>398</b>	336
Outros créditos	<b>11.273</b>	322
	<b><u>11.671</u></b>	<b><u>658</u></b>

### NOTA 9 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, como demonstradas abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2013</u>
Processos cíveis	615	342	-	<b>957</b>
Depósitos Judiciais	(884)	-	(1)	<b>(885)</b>
	<b><u>(269)</u></b>	<b><u>342</u></b>	<b><u>(1)</u></b>	<b><u>72</u></b>

A Companhia constituiu provisões contábeis para as contingências avaliadas por seus assessores jurídicos como perdas prováveis. Estas contingências envolvem questões cíveis cujo montante, em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 957 mil (R\$ 616 mil em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia possui depósitos judiciais para as contingências cíveis, no montante de R\$ 885 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 884 mil em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantinha, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, são classificados como perdas possíveis, no valor aproximado de R\$ 334 mil, para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
 Notas Explicativas  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

### NOTA 10 – INTANGÍVEL:

<b>Custo</b>	<b>Recuperação da Rodovia</b>	<b>Operação da Rodovia</b>	<b>Ampliação capacidade</b>	<b>Intangível andamento</b>	<b>Ativo Imobilizado</b>	<b>Total</b>
Saldo em 31/12/2011	83.517	48.850	67.197	-	9.649	<b>209.213</b>
Aquisições	29.188	6.609	1.976	46.851	1.546	<b>86.170</b>
Baixas	-	(2)	-	(15.011)	(1.919)	<b>(16.932)</b>
Transferência	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	<b>112.705</b>	<b>55.457</b>	<b>69.173</b>	<b>31.840</b>	<b>9.276</b>	<b>278.451</b>
Aquisições	41.687	3.152	14.053	28.167	1.357	<b>88.416</b>
Baixas	-	-	-	(1.702)	(851)	<b>(2.553)</b>
Transferências	46.824	2.055	8.432	(57.311)	-	-
Saldo em 31/12/2013	<b>201.216</b>	<b>60.664</b>	<b>91.658</b>	<b>994</b>	<b>9.782</b>	<b>364.314</b>
<b>Amortização</b>						
Saldo em 31/12/2011	(8.575)	(3.919)	(6.972)	-	(3.742)	<b>(23.208)</b>
Amortização	(4.183)	(2.202)	(2.858)	-	(1.510)	<b>(10.753)</b>
Reversão Amortização	57	14	-	-	-	<b>71</b>
Baixas	-	-	-	-	1.535	<b>1.535</b>
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	<b>(12.701)</b>	<b>(6.107)</b>	<b>(9.830)</b>	-	<b>(3.717)</b>	<b>(32.355)</b>
Amortização	(4.692)	(1.829)	(2.487)	-	(943)	<b>(9.951)</b>
Reversão Amortização	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	735	<b>735</b>
Saldo em 31/12/2013	<b>(17.393)</b>	<b>(7.936)</b>	<b>(12.317)</b>	-	<b>(3.925)</b>	<b>(41.571)</b>
<b>Valor residual líquido</b>						
Saldo em 31/12/2011	74.942	44.931	60.225	-	5.907	<b>186.005</b>
Saldo em 31/12/2012	100.004	49.350	59.343	31.840	5.559	<b>246.096</b>
Saldo em 31/12/2013	183.823	52.728	79.341	994	5.857	<b>322.743</b>

“Teste de Impairment” - Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração).

Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

caixa à qual o ativo pertence. A Companhia, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação, e não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação em 31 de dezembro de 2013.

### NOTA 11 – DIFERIDO – GASTOS PRÉ-OPERACIONAIS:

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para a equalização da necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido nos contratos de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Esses gastos foram mantidos conforme facultado pela Lei nº 11.941/09. Os gastos pré-operacionais que ocorreram ainda em 2009 foram diretamente alocados ao resultado da Companhia. O saldo de 31 de dezembro de 2008 está sendo amortizado linearmente a partir de março de 2009 (início das operações), com base na taxa anual de 20%.

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Administração	4.687	4.687
Fiscalização da Concessão	1.089	1.089
Financeiras	540	540
Apoio a Gestão	1.049	1.049
Consultoria	210	210
Outros	2.266	2.266
Sub Total	<u>9.841</u>	<u>9.841</u>
Amortização acumulada	<u>(8.504)</u>	<u>(6.745)</u>
Total	<u>1.337</u>	<u>3.096</u>

Organização e administração - referem-se a gastos com folha de pagamento, honorários de diretoria, aluguel do imóvel sede, despesas com água, luz e telefone, despesas de viagens e outras.

Fiscalização da Concessão - referem-se a gastos com o poder concedente para fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais da Concessionária.

Financeiras - referem-se aos juros incorridos no período decorrentes dos empréstimos junto ao BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento e BES – Banco do Espírito Santo para financiar as obras iniciais e emergenciais estabelecidas pelo contrato de concessão.

Apoio a Gestão - referem-se, basicamente, a gastos com empresas terceirizadas, que auxiliaram na implantação e operação da concessionária.

A Companhia, em atendimento ao CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos efetuou teste de recuperação nos valores registrados como ativo diferido. Com base

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2013 IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

nos estudos efetuados, não foram identificados ativos que necessitem de provisão para redução ao seu valor de recuperação.

### NOTA 12 – FORNECEDORES:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Itaú Seguros S.A.	262	-
SMR Resgate e Saúde	554	242
ANTT	163	-
TICKET Serviços S/A	42	-
INDRA - Esteio	81	81
Bradesco Saúde S/A	77	-
Intercar Serviço de Guincho	-	209
SMS Eletrônica	-	44
Outros	527	252
	<u>1.706</u>	<u>828</u>

### NOTA 13 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

	<u>"TIR"</u>	<u>Encargos</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Project Finance				
BNDES	8,97% a.a.	2,58% a.a. + TJLP	223.460	163.931
			<u>223.460</u>	<u>163.931</u>
Encargos sobre empréstimos			(2.011)	(2.121)
Saldo líquido			<u>221.449</u>	<u>161.810</u>
Passivo circulante			<u>(10.469)</u>	<u>(9.386)</u>
Passivo não circulante			<u>210.980</u>	<u>152.424</u>

A Companhia assinou, em 12 de julho de 2011, o contrato de financiamento de longo prazo com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no montante de R\$ 352,5 milhões, dos quais já foram liberados R\$ 228,0 milhões. Estes empréstimos servirão para financiar toda a execução de serviços de recuperação, monitoramento, conservação, operação e melhorias, elaboração dos projetos e ainda, despesas pré-operacionais, visando a exploração Lote Rodoviário 3 – trecho de 200 Km da Rodovia BR-393, referente ao Contrato de Concessão de Serviço Público. O financiamento será desembolsado conforme o cronograma de execução da obra.

O empréstimo com BNDES é denominado em moeda nacional, com incidência de juros a taxas iguais a TJLP mais um spread total de aproximadamente de 2,58% a.a. A operação conta com garantia dos direitos de receitas de exploração da cobrança de pedágio da concessão e ainda conta com penhor de 100 % (cem por cento) das ações ordinárias nominativas, totalizando 114.100 mil, inclusive as futuras subscrições e direitos emergentes da concessão. Durante a vigência do contrato a Companhia não

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

poderá transferir ações sem a anuência do BNDES. Adicionalmente não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da Companhia, de dispositivos que importem em alteração do dividendo mínimo obrigatório para valor superior ao percentual de que trata o inciso 2º do art. 202 da Lei 6.404/76.

### NOTA 14 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
ISS a recolher	923	689
COFINS a recolher	218	200
IRPJ a recolher	5	24
CSRF de terceiros	35	81
CSLL a recolher	2	11
INSS retido de terceiros	36	62
PIS a recolher	43	43
Outras obrigações	12	22
	<u>1.274</u>	<u>1.132</u>

### NOTA 15 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Provisão para férias e 13º salário	563	310
Encargos Sociais	368	123
Outras obrigações	896	107
	<u>1.827</u>	<u>540</u>

### NOTA 16 – DÍVIDAS COM PESSOAS LIGADAS:

A Companhia Acciona Conceciones, S.L., é controladora indireta da Acciona Concessões Rodovia do Aço S.A. e fornece serviços administrativos especializados de apoio a gestão e controle. A empresa Acciona Infraestructuras S/A, acionista majoritária da Companhia, foi contratada para a elaboração das obras de infraestrutura da rodovia; como a construção das praças de pedágio, a edificações concernentes aos imóveis usados para a prestação do serviço de atendimento ao usuário, sua sede administrativa e aquelas inerentes à própria rodovia como pontes, pavimento, drenagens e outras.

A empresa Rio Paraíba do Sul Serviços Ltda., também constituída majoritariamente pelos seus acionistas controladores, foi contratada em fevereiro de 2010 para prestar serviços de conservação de rotina na rodovia. As transações com partes relacionadas estão resumidas no quadro abaixo e se referem a transações de compra de serviços de manutenção e conservação das rodovias, bem como obras previstas no

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
 Notas Explicativas  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

cronograma de investimentos, sendo que os valores contratados estão vinculados ao contrato original de concessão, e estão em condições normais de mercado, como segue:

	Saldo de		Valores acumulados nos trimestres findos em 31/12/2013 e 31/12/2012			
	Fornecedores		Intangível		Despesas (Receitas)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Rio Paraíba <sup>2</sup>	701	1	-	-	4.538	5.956
Acciona Concepciones <sup>1</sup>	7.770	4.549	-	-	3.221	1.556
Acciona Infraestructuras	-	7.291	89.294	76.241	-	-
<b>Total</b>	<b>8.471</b>	<b>11.841</b>	<b>89.294</b>	<b>76.241</b>	<b>7.759</b>	<b>7.512</b>

1) Despesas com serviços de apoio a gestão e controle

2) Serviços de Conservação de Rotina

### NOTA 17 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO:

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 114.100 mil em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 96.100 mil em 31 de dezembro de 2012) e estão representadas por um total de 114.100 mil ações ordinárias sem valor nominal (96.100 em 31 de dezembro de 2012), totalmente integralizado em moeda corrente do país, assim dividido entre os acionistas:

	31/12/2013	31/12/2012
Acciona Infraestructuras S/A – 76%	86.716	73.036
Acciona Brasil Ltda. – 24%	27.384	23.064
	<b>114.100</b>	<b>96.100</b>

- a) Dividendos - Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- b) Reserva legal - Constituída na proporção de 5% do lucro do período, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social.
- c) Retenção de lucros - É efetuado de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei n.º 6.404/76. Os órgãos da administração poderão propor a retenção de parte dos lucros acumulados. Essa retenção é necessária para a Companhia cumprir as garantias exigidas pelo BNDES, no contrato de empréstimo, que determina que a Companhia não poderá distribuir dividendo maior do que mínimo obrigatório, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

### NOTA 18 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2013 IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Arrecadação de pedágio	<b>79.966</b>	71.055
(-) Impostos incidentes s/vendas	<b>(6.917)</b>	(6.147)
Receita líquida de vendas	<b>73.049</b>	64.908
Receita de Construção	<b>81.719</b>	86.170
Receita Líquida	<b>154.768</b>	151.078

### NOTA 19 – CUSTOS E DESPESAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Despesas por função</b>		
Custo dos serviços prestados	<b>(125.090)</b>	(123.899)
Despesas operacionais	<b>(14.155)</b>	(4.564)
	<b>(139.245)</b>	(128.463)
<b>Despesas por natureza</b>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Custo de construção	<b>(81.719)</b>	(86.170)
Custo de serviços prestados	<b>(34.266)</b>	(27.360)
Salários	<b>(4.560)</b>	(3.394)
Amortizações	<b>(11.710)</b>	(12.438)
Gerais e administrativas	<b>(6.990)</b>	899
	<b>(139.245)</b>	(128.463)

### NOTA 20 – DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ordenados e salários	<b>(3.303)</b>	(2.355)
Custos com encargos sociais	<b>(1.257)</b>	(1.039)
	<b>(4.560)</b>	(3.394)

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo.

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

### NOTA 21 – RESULTADOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está assim composto:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimento sobre aplicações financeiras	881	1.016
Outros	194	241
	<u>1.075</u>	<u>1.257</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros sobre financiamentos e capital de giro	(12.839)	(9.901)
Outros	(3.693)	(560)
	<u>(16.532)</u>	<u>(10.461)</u>
	<u>(15.457)</u>	<u>(9.204)</u>

### NOTA 22 – DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IRPJ E CSLL)

#### a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro antes dos impostos e contribuições	66	13.411
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL	(22)	(4.560)
Efeito tributário sobre as principais adições (exclusões):		
Adições permanentes, líquidas	993	14
Incentivos fiscais: PAT e patrocínio 8.313/91	13	29
Imposto de renda e contribuição social	<u>984</u>	<u>(4.517)</u>

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Ativo Circulante		
Sobre diferenças temporárias		
Provisão para contingência		
Imposto de renda diferido	1.536	365
Contribuição social diferida	553	132
	<u>2.089</u>	<u>497</u>



## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

### NOTA 23 – LUCRO POR AÇÃO:

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

31/12/2012	Circulação em dias	Capital Integralizado	Média Ponderada	31/12/2012
Quantidade de ações no início do exercício	365	73.500	73.500	73.500
Aumento de Capital	245	12.600	8.458	12.600
Aumento de Capital	183	10.000	5.014	10.000
Quantidade de ações no fim do período		<u>96.100</u>	<u>86.971</u>	<u>96.100</u>

31/12/2013	Circulação em dias	Capital Integralizado	Média Ponderada	31/12/2013
Quantidade de ações no início do exercício	365	96.100	96.100	96.100
Aumento de Capital	312	5.000	4.274	5.000
Aumento de Capital	69	13.000	2.458	13.000
Quantidade de ações no fim do período		<u>114.100</u>	<u>102.832</u>	<u>114.100</u>

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Lucro líquido do período	1.050	8.894
Média ponderada da quantidade de ações em circulação	<u>102.832</u>	<u>86.971</u>
	<b>Ordinárias</b>	Ordinárias
Lucro por ação	<u>0,0102</u>	<u>0,1023</u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

### NOTA 24 – REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES:

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de 2 (dois) anos, admitida a reeleição. Em 2013, as despesas com esses administradores totalizaram R\$ 1.795 mil (R\$ 1.071 mil no mesmo período encerrado de 2012).

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras Data-Base – 31/12/2013 IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

### NOTA 25 – SEGUROS E GARANTIA:

A Companhia mantém contratos de seguros para cobrir eventuais perdas nos seus ativos e garantir as obrigações contratuais perante o Poder Concedente (ANTT), tendo esse como cossegurado.

Descrição	Vigência	Cobertura	Prêmio
Riscos Operacionais	05/05/13 a 05/05/14	20.164	1.933
Responsabilidade Civil Geral	05/05/13 a 05/05/14	20.000	680
Garantia Contratual	20/03/13 a 20/03/14	38.468	140

### NOTA 26 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, tais como disponibilidades, contas a receber e empréstimos e financiamentos, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

### NOTA 27 – COMPROMISSOS

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos. O contrato de concessão estabelece metas que deverão ser atingidas no prazo da concessão e o volume de recursos que a Companhia deve investir durante este período. As Referidas obrigações de investimento podem ser divididas nas fases abaixo:

Investimentos - R\$ Milhões	Total	2012	2013	2014	2015	2016	2017 a
							2033
Restauração	104.971	34.661	14.062	14.062	14.062	14.062	14.062
Manutenção	128.945	-	417	400	721	1.417	125.990
Manutenção de Elementos de Pista	16.714	-	517	702	714	722	14.059
Obras de Melhoria e Ampliações	68.935	46.082	22.853	-	-	-	-
Equipamentos/Sistemas e Veículos	80.719	3.639	5.791	795	1.972	3.596	64.926
Projetos	1.238	296	3	6	11	32	890
Desapropriações	6.161	2.406	-	-	639	2.477	639
<b>Total</b>	<b>407.683</b>	<b>87.084</b>	<b>43.643</b>	<b>15.965</b>	<b>18.119</b>	<b>22.306</b>	<b>220.566</b>

Os investimentos a serem realizados serão suportados por aportes de capital próprio, empréstimos de longo prazo a serem realizados pelo BNDES, bem como pela geração de caixa da empresa. À época da licitação do Programa de Concessões Federais, o BNDES informou que apoiaria as Concessionárias, financiando os investimentos dos primeiros anos de exploração das rodovias. Até 31 de dezembro de 2013 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão, foram integralmente cumpridos.

Está em andamento a 5ª revisão ordinária, junto a ANTT, cuja a previsão de encerramento é no mês de março de 2014. Se aprovada, o valor total dos

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

---

investimentos a serem realizados ao longo do tempo restante da concessão poderão ser alterados

### **NOTA 28 – OBJETIVO E POLITICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO**

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2013 correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos financeiros derivativos.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

- Aplicações Financeiras – são classificadas como equivalentes de caixa ou valor justo por meio de resultado.
- Empréstimos, Financiamentos CCB – são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

A Companhia está exposta a risco de mercado, de crédito e de liquidez. O Conselho de Administração é responsável por supervisionar a gestão destes riscos.

#### Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser relativo às tarifas de ações. A Companhia não tem ações negociadas em mercado. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2013. As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida são todos eles valores constantes em 31 de dezembro de 2013.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2013.

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras      Data-Base – 31/12/2013      IFRS  
 Notas Explicativas  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

- Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos 05 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2012 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.
- Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos e/ou resgates de aplicações.
- As informações sobre os indexadores utilizado no cálculo do cenário provável foram obtidas do Boletim Focus, emitido pelo Banco Central do Brasil em 31 de dezembro de 2013.

### Risco de taxas de juros

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures, ou reduzir o ganho com suas aplicações. A companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. A análise de sensibilidade para estes instrumentos financeiros está abaixo indicada:

#### Projeção das Receitas Financeiras - 2013

Aplicações	Taxa de Remuneração	Saldo em 31/12/2013	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Banco Bradesco	99% do CDI	21.241	1.633	1.089	2.177	2.722	3.266
		<b>21.241</b>	<b>1.633</b>	<b>1.089</b>	<b>2.177</b>	<b>2.722</b>	<b>3.266</b>

Em 31 de dezembro de 2013, a análise de sensibilidade do risco de rendimentos de aplicações indica os seguintes valores por cenário:

#### Projeção das Despesas Financeiras - 2013

Empréstimos	Taxa de Juros	Principal em 31/12/2013	Queda de 25%	Queda de 50%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
BNDES	2,58% a.a. + TJLP	221.449	14.018	11.250	16.786	19.554	22.322
		<b>221.449</b>	<b>14.018</b>	<b>11.250</b>	<b>16.786</b>	<b>19.554</b>	<b>22.322</b>
<i>Indexador*</i>	CDI %		7,69%	5,13%	10,25%	12,81%	15,38%
	TJLP %		3,75%	2,50%	5,00%	6,25%	7,50%

\* Fonte pesquisa: boletim Focus de 27/12/2013

## ACCIONA CONCESSÕES RODOVIA DO AÇO S.A.

Relatório das Demonstrações Financeiras  
Notas Explicativas  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$ mil)

Data-Base – 31/12/2013

IFRS

---

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

